

Nome:

- Cassiana Rufato Cardoso

Formação acadêmica:

- Bacharel em Direito – Universidade Federal do Paraná – Curitiba – 2009.
- Especialista em Direito Aplicado – Escola da Magistratura do Estado do Paraná (EMAP) – 2012.
- Especialização em Direito Público – Escola da Magistratura Federal do Estado do Paraná (ESMAFE) – Em curso.

Função atual:

- Chefe de Gabinete, a partir de 23/03/2020.

Funções exercidas:

- Oficial de Gabinete Desembargador José Laurindo de Souza Netto (Assistente - 1C) – Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – 02/2013 a 11/2015.
- Ministério Público do Estado do Paraná:
 - Assessora de Promotor do 3º Gabinete da 2ª Promotoria de Justiça do Foro Regional de São José dos Pinhais da comarca da Região Metropolitana de Curitiba (DAS-5) – 11/2015 a 05/2016.
 - Assessora Jurídica do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo (DAS-4) – 05/2016 a 03/2020.

Publicações:

- Coautora da Coletânea de estudos do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado do Paraná. Coleção “O Ministério Público na Defesa do Meio Ambiente e do Direito à Cidade”. Disponível no link: <http://www.urbanismo.mppr.mp.br/2019/04/15/CAOPMAHU-MPPR-lanca-coletanea-de-estudos-sobre-meio-ambiente-e-direito-a-cidade.html>
- Coautora da Tese intitulada “Os aterros sanitários de pequeno porte e o licenciamento ambiental simplificado: a (in)constitucionalidade da Resolução CONAMA 404/2008 e da Resolução CEMA/PR 094/2014. Aprovada por unanimidade no XXII Congresso Nacional do Ministério Público, 2017. Disponível em: <https://congressonacional2017.ammpp.org.br/index/teses>
- Coautora do Artigo intitulado “A ratificação da apelação após o julgamento dos embargos de declaração: uma exigência nem sempre necessária.” Publicação pela Editora Revista dos Tribunais na Revista de Processo Civil, vol. 229, ano 39, Março de 2014, p. 229 à 244. ISSN 0100-1981.
- Coautora do Artigo intitulado “O reconhecimento da competência da justiça comum para julgar as ações de previdência complementar fechada: uma ‘vitória de pirro’?”. Apresentado e publicado nos anais do XXII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado na cidade de São Paulo, em novembro de 2013. Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e832d017315675c7>.
- Coautora do Artigo intitulado “A jurisdição constitucional como instrumento potencializador da efetividade dos direitos humanos.” Publicado na Revista do Instituto de Direito Brasileiro, v. 13, p. 15837-15860, 2013. Disponível em http://cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2014/02/2014_02_01535_01558.pdf